

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH						
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA GRAÇA (CNPJ 23.453.830/0019-07)						
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em reais)				DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em reais)		
	Notas	2024	2023	Patrimônio Social	Superávit / (Déficit) Acumulado	Total
<b>ATIVO</b>				<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>1.939.228</b>	<b>67.128</b>
<b>Circulante</b>				Incorporação ao Patrimônio Social	67.128	(67.128)
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.295.941	2.797.826	Superávit / (Déficit) do Exercício	-	738.771
Contas a receber	5	2.284.715	1.951.224	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>2.006.356</b>	<b>738.771</b>
Estoques	6	385.494	330.445	Incorporação ao Patrimônio Social	738.771	(738.771)
Outros créditos		149.833	55.508	Superávit / (Déficit) do Exercício	-	(246.245)
Partes relacionadas	12	434.064	-	<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>2.745.127</b>	<b>(246.245)</b>
Depósitos judiciais	13	65.965	20.948	Superávit / (Déficit) do Exercício	-	(246.245)
Contratos de gestão	3m	9.166.046	6.565.657	<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em reais)</b>		
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>14.782.058</b>	<b>11.721.608</b>			
<b>Não Circulante</b>				<b>2024</b>	<b>2023</b>	
Partes relacionadas	12	647.306	806.707	<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Imobilizado – Próprio	7	369.563	312.632	Superávit / (Déficit) do Exercício	(246.245)	738.771
<b>Total do Ativo não Circulante</b>		<b>1.016.869</b>	<b>1.119.339</b>	Ajustes para reconciliar o superávit (déficit) do exerc. com o caixa		
<b>Total do Ativo</b>		<b>15.798.927</b>	<b>12.840.947</b>	Depreciação/Amortização	49.235	28.957
	Notas	2024	2023	Provisões para Contingências	247.716	657.676
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL</b>				<b>Superávit / (Déficit) do Exercício Ajustado (Aumento) / Redução do Ativo</b>	<b>50.706</b>	<b>1.425.404</b>
<b>Circulante</b>				Contas a Receber	(333.491)	(534.829)
Fornecedores	8	1.332.574	1.196.251	Estoques	(55.049)	(19.362)
Obrigações trabalhistas	9	1.406.767	1.259.399	Outros Créditos	(94.325)	14.489
Obrigações sociais	10	295.310	246.460	Depósitos Judiciais	(45.017)	-
Obrigações fiscais		87.220	86.531	<b>Aumento / (Redução) do Passivo</b>		
Outras contas a pagar	11	52.215	37.017	Fornecedores	136.323	139.976
Partes relacionadas	12	54.521	46.829	Obrigações Trabalhistas	147.368	199.976
Contratos de gestão	3m	9.166.046	6.565.657	Obrigações Sociais	48.850	71.884
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>12.394.653</b>	<b>9.438.144</b>	Obrigações Fiscais	689	24.993
<b>Não Circulante</b>				Outras Contas a Pagar	15.198	36.717
Provisões para contingências	13	905.392	657.676	<b>FLUXO DE CAIXA GERADO / (CONSUMIDO)</b>		
<b>Total do Passivo não Circulante</b>		<b>905.392</b>	<b>657.676</b>	<b>PELA ATIVIDADE OPERACIONAL</b>	<b>(128.748)</b>	<b>1.359.248</b>
<b>Patrimônio Social</b>				<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Patrimônio social		2.745.127	2.006.356	Aquisição de Ativo Imobilizado e Intangível	(106.166)	(207.657)
Superávit (déficit) acumulado		(246.245)	738.771	Baixas de Ativo Imobilizado e Intangível	-	-
<b>Total do Patrimônio Social</b>		<b>2.498.882</b>	<b>2.745.127</b>	<b>FLUXO DE CAIXA CONSUMIDO</b>		
<b>Total do Passivo e Patrimônio Social</b>		<b>15.798.927</b>	<b>12.840.947</b>	<b>PELA ATIVIDADE DE INVESTIMENTO</b>	<b>(106.166)</b>	<b>(207.657)</b>
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em reais)						
	Notas	2024	2023	<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>Receitas Operacionais</b>				Partes Relacionadas	(266.971)	(338.543)
Serviços prestados pacientes SUS		28.183.826	26.526.685	<b>FLUXO DE CAIXA GERADO / (CONSUMIDO)</b>		
Serviços prestados convênios e particulares		75.337	171.000	<b>PELA ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(266.971)</b>	<b>(338.543)</b>
(-) Glosas		(546.298)	-	<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(501.885)</b>	<b>813.048</b>
<b>Receita Líquida</b>		<b>27.712.865</b>	<b>26.697.685</b>	No início do exercício	2.797.826	1.984.778
<b>Custos</b>				No fim do exercício	2.295.941	2.797.826
Serviços de terceiros		(12.403.762)	(11.564.577)	<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período</b>	<b>(501.885)</b>	<b>813.048</b>
Pessoal e encargos		(8.516.241)	(7.432.811)	As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.		
Materiais e medicamentos		(2.898.845)	(2.962.743)	<b>Ámbito</b>	<b>Legislação</b>	<b>Publicação</b>
<b>Superávit / (Déficit) Líquido</b>		<b>3.894.017</b>	<b>4.737.554</b>	Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
<b>Despesas</b>				Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Pessoal e encargos		(2.129.060)	(1.858.203)	Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967
Serviços de terceiros		-	-	Considerando o parecer técnico nº 84/2025-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do processo nº 25000.175499/2023-33, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve: Art. 1º fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), em conformidade com o art. 9º da Lei Complementar nº 187/2021, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH, CNPJ nº 23.453.830/0001-70, com sede em Pedro Leopoldo (MG).		
Impostos, taxas e contribuições		(23.715)	(9.883)	Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de Janeiro de 2024 a 31 de Dezembro de 2026. O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar Nº 187 /2021.		
Depreciação/amortização		(49.235)	(28.957)	<b>c. Déficit do exercício de 2024</b>		
Despesas gerais e administrativas	14	(2.170.176)	(2.268.187)	Em 2024 o Hospital arcou com maior volume de serviços em especialidades, assim como, com o repasse de atualização de seus fornecedores sobre os produtos e serviços de consumo geral. Desta forma, os recursos provenientes do contrato de gestão não foram suficientes para manter o fluxo financeiro da operação no exercício, impactando na apresentação de déficit na ordem de R\$ 246.245 no exercício.		
<b>Superávit / (Déficit) Antes do Resultado Financeiro</b>		<b>(478.169)</b>	<b>572.324</b>	A Administração busca constante adequação dos custos de execução da operação do Hospital em conjunto com o atendimento às exigências técnicas e contratuais com o Ente Público e possui a meta de reequilibrar os fluxos de caixa em discussão de renovação/atualização dos valores contratados com o Ente Público.		
<b>Financeira Líquida</b>				<b>2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>		
Despesas financeiras		(17.673)	(17.172)	<b>a. Declaração de Conformidade</b>		
Receitas financeiras		143.130	183.419	Com exceção aos ativos imobilizados e intangíveis que serão devolvidos ao poder concedente ao final do contrato de gestão e que não foram submetidos à avaliação de vida útil, as demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a lei complementar 187/2021 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09.		
<b>Superávit / (Déficit) Antes de Outras Despesas e Receitas</b>		<b>(352.712)</b>	<b>738.571</b>	<b>b. Aprovação das Demonstrações Financeiras</b>		
<b>Outras Despesas e Receitas</b>				As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Administração na reunião em 22 de Abril de 2025.		
Doações e subvenções		330	200	<b>c. Base de Mensuração</b>		
Outras receitas e despesas		106.137	-	As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir.		
<b>Superávit / (Déficit) do Exercício</b>		<b>(246.245)</b>	<b>738.771</b>	<b>d. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação</b>		
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em reais)						
<b>1. CONTEXTO OPERACIONAL</b>				As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras estão sendo apresentadas em Real, arredondadas em		
<b>a. Objetivos Sociais</b>				<b>&gt;&gt;&gt; continua &gt;&gt;&gt;</b>		
O Hospital e Maternidade Municipal Nossa Senhora da Graça (HMMNSG) faz parte da rede pública do Município de São Francisco do Sul em Santa Catarina. O Hospital está estruturado com perfil de Hospital Geral de nível secundário de atenção, com 37 leitos.						
A unidade oferece assistência de média complexidade nas especialidades de cirurgia geral e ginecológica, atendimento urgência emergência nas especialidades de pediatria, obstetrícia e clínico geral. Conta ainda com SADT em Imagem (Raio-x e eletrocardiograma) e Laboratório de Análises Clínicas. O atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, podendo efetuar procedimentos particulares conforme previsto em contrato.						
O Hospital está situado à Manoel Antônio Bueno, S/N, São Francisco do Sul – SC.						
<b>b. Contrato de Gestão</b>						
O contrato de gestão emergencial do Hospital e Maternidade Municipal Nossa Senhora da Graça (HMMNSG) foi firmado em 16 de outubro de 2018. O Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), realiza a gestão por meio de contrato n.º 022/2019, vigente até 31/10/2025, através do 56º aditivo contratual, assinado com a prefeitura em março de 2025.						
Desde 2020, o Hospital foi requerido, pelo Ente Público, a prestar serviço de urgência para atendimento à COVID-19, havendo complemento do atual contrato de gestão através do 4º termo aditivo, onde arcou com custos mais altos para aquisição de materiais e medicamentos, dada a condição de maior necessidade Hospitalar no País.						
O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:						

<b>&gt;&gt;&gt; continuação &gt;&gt;&gt;</b>		Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software.											
<b>3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS</b>		<b>e. Redução ao Valor Recuperável de Ativos Tangíveis e Intangíveis</b>											
A Entidade aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.		A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.											
<b>a. Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>f. Julgamentos e Estimativas</b>											
São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e liquidez imediata.		A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.											
<b>b. Estoques</b>		<b>i. Provisões para Riscos Judiciais</b>											
São demonstrados ao custo médio das compras, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados.		A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias.											
<b>c. Imobilizado</b>		<b>ii. Ajuste para Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Dúvida</b>											
<b>i. Reconhecimento e Mensuração</b>		É constituida, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável.											
Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo.		<b>g. Apuração do Superávit/Déficit</b>											
A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada.		O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas.											
<b>ii. Custos Subsequentes</b>		<b>h. Reconhecimento de Receitas</b>											
Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.		As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública.											
<b>iii. Depreciação</b>		<b>i. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes</b>											
A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.		Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses.											
A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.		<b>j. Ajuste ao Valor Presente de Ativos e Passivos</b>											
As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:		Nas demonstrações contábeis de 2024 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade.											
<b>Taxa Anual de Depreciação - %</b>		<b>k. Patrimônio Líquido</b>											
Aparelhos Med. e Cir. 10% Beneficiárias 10% Instalações 10% Instrumentos de Cirurgia 10% Máquina e Equipamentos 10% Móveis e Utensílios 10% Móveis e Utensílios Hosp. 10% Aparelhos Telefônicos 20% Eq. Informática 20%		Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de contratos de gestão pública.											
<b>7. IMOBILIZADO</b>		<b>Aparelhos Med. e Cir.</b>	<b>Aparelhos Telefônicos</b>	<b>Beneficiárias</b>	<b>Eq. Informática</b>	<b>Instalações</b>	<b>Instrumentos de Cirurgia</b>	<b>Máquina e Equip.</b>	<b>Móveis e Utensílios</b>	<b>Móveis e Utens. Hosp.</b>	<b>Total</b>		
Em 31 de dezembro de 2023													
Saldo inicial		-	-	1.429	9.268	11.373	40.607	60.950	10.305	-	133.932		
Aquisições		20.500	3.198	-	44.925	-	1.878	83.461	50.416	3.279	207.657		
Transferências		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Baixas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Depreciação		(860)	(495)	(198)	(6.232)	(1.600)	(4.509)	(12.685)	(2.268)	(110)	(28.957)		
<b>Saldo contábil líquido</b>		<b>19.640</b>	<b>2.703</b>	<b>1.231</b>	<b>47.961</b>	<b>9.773</b>	<b>37.976</b>	<b>131.726</b>	<b>58.453</b>	<b>3.169</b>	<b>312.632</b>		
Em 31 de dezembro de 2024													
Saldo inicial		19.640	2.703	1.231	47.961	9.773	37.976	131.726	58.453	3.169	312.632		
Aquisições		290	14.743	-	25.688	1.106	2.768	27.179	31.917	2.475	106.166		
Transferências		-	-	-	1.644	-	-	(1.644)	-	-	-		
Baixas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Depreciação		(2.059)	(2.532)	(198)	(13.286)	(1.628)	(4.656)	(17.563)	(6.923)	(390)	(49.235)		
<b>Saldo contábil líquido</b>		<b>17.871</b>	<b>14.914</b>	<b>1.033</b>	<b>62.007</b>	<b>9.251</b>	<b>36.088</b>	<b>139.698</b>	<b>83.447</b>	<b>5.254</b>	<b>369.563</b>		
<b>8. FORNECEDORES</b>		<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS</b>									
Materiais e medicamentos 170.443 141.252 Serviços 227.174 150.361 Serviços médicos 885.729 872.648 Diversos 49.228 31.990 <b>Total</b> 1.332.574 1.196.251				<b>2024</b>									
<b>9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS</b>		<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>11. OUTRAS CONTAS A PAGAR</b>									
Ordenados e salários a pagar 596.528 546.756 Provisão férias 750.378 659.958 Provisões FGTS s/férias 59.861 52.685 <b>Total</b> 1.406.767 1.259.399				Adiantamento de clientes Verba piso salarial da enfermagem (i)									
				<b>Total</b> 52.215 37.017									
>>> continua >>>													
(i) No ano de 2023/2024, a unidade recebeu recursos destinados ao pagamento do piso salarial da enfermagem por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), conforme estabelecido na Lei 14.434/22, aprovada em 4 de agosto de 2022, que promoveu alterações na Lei Federal nº 7.498/86. No decorrer desse período, constatou-se a existência de excedentes desses recursos. Diante disso, a unidade tomará as providências necessárias para realizar a devolução dessas sobras, seguindo os trâmites estabelecidos nas normativas legais e contratuais.													

>>> continuação >>>								2024	2023
<b>12. PARTES RELACIONADAS</b>				Energia elétrica	(498.724)	(429.978)			
Ativo				Aluguel de máquinas	(157.111)	(146.816)	Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.285.497	2.787.314
UPA24H - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO	434.064	-		Manutenção e conservação	(197.198)	-	Contas a receber	2.284.715	1.951.224
<b>Total Circulante</b>	<b>434.064</b>	<b>-</b>		Combustíveis e lubrificantes	-	(120.042)	<b>Total ativos financeiros</b>	<b>4.570.212</b>	<b>4.738.538</b>
UPA24H - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO	647.306	806.707		Provisão para contingências	(364.365)	(657.676)	Fornecedores	1.332.574	1.196.251
<b>Total Não Circulante</b>	<b>647.306</b>	<b>806.707</b>		Outros	(345.192)	(276.441)	<b>Total passivos financeiros</b>	<b>1.332.574</b>	<b>1.196.251</b>
Passivo				<b>Total</b>	<b>(2.170.176)</b>	<b>(2.268.187)</b>			
SEDE ADMINISTRATIVA	54.521	46.829							
<b>Total Circulante</b>	<b>54.521</b>	<b>46.829</b>							
O saldo a pagar em 2024 no passivo circulante de R\$ 54.521 (R\$ 46.829 em 2023), corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão.									
<b>13. PROVISÕES PARA CONTIGÊNCIAS E DEPÓSITOS JURÍDICIAIS</b>									
<b>a. Processos com prognóstico de perda provável</b>									
A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou suficiente a provisão constituída para fazer face aos processos.									
<b>Provável</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>		Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT	<b>2.010.088</b>	<b>1.734.820</b>			
Cível	-	50.000		<b>INSS</b>	<b>2.010.088</b>	<b>1.734.820</b>			
Trabalhista	905.392	607.676		COFINS	847.775	806.979			
<b>Total</b>	<b>905.392</b>	<b>657.676</b>		<b>COFINS</b>	<b>847.775</b>	<b>806.979</b>			
<b>b. Processos com prognóstico de perda possível</b>				<b>Total</b>	<b>2.857.863</b>	<b>2.541.799</b>			
Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:									
<b>Possível</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>							
Trabalhista	296.987	380.472							
Cível	1.456.023	1.230.000							
<b>Total</b>	<b>1.753.010</b>	<b>1.610.472</b>							
A Entidade manteve o montante de R\$ 65.965 em depósitos judiciais e/ou recursos para possibilitar o andamento dos processos e eventuais coberturas dos valores discutidos.									
<b>14. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>							
Serviços de gestão	(607.586)	(637.234)							
<b>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>									
À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH									
Hospital Municipal e Maternidade Nossa Senhora da Graça São Francisco do Sul – SC									
<b>Opinião</b>									
Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital Municipal e Maternidade Nossa Senhora da Graça, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.				controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria.					
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital Municipal e Maternidade Nossa Senhora da Graça, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.				<u>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:</u> Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração.					
<b>Base para opinião</b>				Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações financeiras.					
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.				<b>Ênfases:</b> Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: <b>Imobilizado de gestão</b>					
Principais assuntos de auditoria				Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente, quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis.					
Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.				<b>Transações com partes relacionadas</b>					
<b>• Provisões para riscos e passivos contingentes</b>				A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes.					
Conforme nota explicativa nº 13, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu				<b>Outros assuntos:</b> <b>Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior</b>					
				Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de de-					
<b>São Francisco do Sul - SC, 22 de Abril de 2025.</b>									
<b>Rodrigo Fröhlich - Diretor Executivo - CPF: xxx.129.927-xx</b>									
<b>Ediane Pacheco Lemos - Contadora - CRC- SP-324161/O</b>									

## &gt;&gt;&gt; continuação &gt;&gt;&gt;

O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade.

Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos cha-

mar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e co-

municamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 22 de abril de 2025.  
PLANNERS AUDTORES INDEPENDENTES  
CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2  
Heitor Piovam - Contador CRC 1SP 331.721/O-6

Cod. Mat.: 1076070

## ACESSÍVEL COMO NUNCA, TRANSPARENTE COMO SEMPRE.



# Diário Oficial ESTADO DE SANTA CATARINA